

VI Congresso Interno do IPUSP

RACISMO, POLÍTICA PÚBLICA E MODOS DE SUBJETIVAÇÃO EM UM QUILOMBO DO VALE DO RIBEIRA.

Eliane Silvia Costa

Contato com o autor: erigby@uol.com.br

Orientadora: profa. Dra. Ianni Regia Scarcelli

Programa de Pós-Graduação: Psicologia Social do IPUSP

Nível do Trabalho: Doutorado

RESUMO

Introdução: No Brasil, historicamente, os sujeitos negros e rurais passam por persistentes processos de desigualdades materiais e simbólicas. Escolhemos, pois, pesquisar uma comunidade negra rural do Vale do Ribeira, o quilombo Maria Rosa, situado em Iporanga. Este foi o primeiro quilombo paulista a receber o título de domínio de uso de terras atribuído pela Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP). **Objetivo:** Com base nos relatos dos quilombolas entrevistados, buscamos pesquisar se há relação entre a implantação da política pública de titulação de terras e o fortalecimento de uma identidade racial negra nos moradores do referido quilombo. Neste sentido, se a política pública opera psiquicamente como dispositivo contra o racismo. **Método:** Para atingir os objetivos propostos, as entrevistas realizadas e a análise do material foram orientadas, principalmente, por contribuições de teóricos da psicologia social e da psicanálise dos processos grupais, como é o caso de Bleger, Kaës e Benghozi – teóricos que partem da premissa que o sujeito é necessariamente sujeito do vínculo. **Resultados e Discussão:** Constatamos que a aquisição do título de terras quilombolas representa uma conquista importante para os moradores da comunidade Maria Rosa, uma vez que lhes possibilita permanecer em suas terras-territórios. No entanto, não se sentem seguros em função, especialmente, das restrições ambientalistas, que os cerceiam em seus modos tradicionais de trabalhar na roça. Se a política pública ambientalista tem sido vivida por eles como violenta, a política de titulação de terras quilombolas convoca-os a entrar em contato com a ancestralidade negra escravizada e com o racismo, ainda que de forma não planejada. **Conclusão:** Os quilombolas *maria rosenses* têm tentado transformar o traumatismo advindo do escravismo e do racismo (modalidades de dominação), mas falta uma política pública articulada entre os diferentes níveis governamentais e voltada para a temática racial que lhes dê o devido apoio. Entre eles ainda não foi gestado um discurso coletivo potente contra o racismo, mas estão atentos às situações de

desigualdades por eles vividas e conhecem caminhos para enfrentá-las. Entre os *maria rosenses*, os sentidos atribuídos à identidade racial variam de acordo com a história pessoal e familiar de cada um deles, e conforme as marcas daquelas estratégias de dominação têm sido elaboradas por essas famílias e pela comunidade. Lá, o termo negro pode significar humilhação tanto quanto identidade positiva constituída; a palavra preto pode reportar à ideia de sujeito coisificado, mas também pode ser sujeito a quem se deseja amar; branco pode ser o inimigo opressor, mas, por outro lado, pode ser alguém a quem se ama; moreno pode ser sinônimo de humanidade, pode indicar intermediação entre o claro e o escuro, mas pode ser negação da negritude. Enfim, lá há polissemia em ser preto, negro, branco ou moreno. Do ponto de vista do sujeito psíquico, a palavra usada ou silenciada para definir para o forasteiro a condição racial deles funciona como manobra exercida diante do aviltamento antigo e atual imposto a eles – é ferramenta para conter essa violência imposta.

Palavras-chave: racismo; quilombos; políticas públicas; psicologia social; transmissão psíquica.

Agência financiadora: Financeiro parcial do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)